



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**Conselho Nacional de Recursos Hídricos**  
**Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP**  
SEPN 505 - Bloco B - Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar - Sala 108 - Brasília-DF  
CEP: 70.730-542.  
**Tel.: (61) 3105-2082; [sec.executiva@cnrh.gov.br](mailto:sec.executiva@cnrh.gov.br)/[sitio](http://sitio)**

## **MINUTA**

### **Nota Técnica nº 001/2009/CTAP**

Brasília, \_\_ de setembro de 2009.

**Assunto:** Proposta de moção que recomenda a aprovação de substitutivo ao Projeto de Lei nº 3.009, de 1997, proposto pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH.

### **APRESENTAÇÃO**

1. Para elaboração da proposta de moção em epígrafe foram realizadas 14 reuniões no âmbito da CTAP, sendo 6 protagonizadas pelo Grupo de Trabalho Eclusas e 8 pela própria CTAP, iniciadas a partir da 44ª Reunião, em 17 de fevereiro de 2005, com a criação do Grupo de Trabalho Eclusas Integradas, o GT-Eclusas.
2. A proposta de Moção dirigida ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, aos Presidentes das Comissões de Minas e Energia-CME, Viação e Transportes-CVT e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável-CMADS, bem como os Deputados Federais Eliseu Padiha e Arnaldo Jardim, relatores do PL-3009/97, tem como anexo a versão substitutiva aprovada na CTAP, contendo doze artigos que dispõem sobre aspectos técnicos e institucionais a serem observados para tornar obrigatória a construção simultânea de eclusas e outros mecanismos de transposição em barragens.
3. Esta Nota Técnica está estruturada da seguinte forma:
  - ✓ **Introdução**
  - ✓ **Estratégia da CTAP**
  - ✓ **Considerações sobre o substitutivo ao PL-3009/97**
  - ✓ **Considerações finais**
  - ✓ **Encaminhamentos**
  - ✓ **Anexo: Processo nº 02000.002026/2008-83**

### **INTRODUÇÃO**

4. A Política Nacional possui como um de seus fundamentos a gestão dos recursos hídricos sempre proporcionando o uso múltiplo das águas onde se insere a proposta.
5. O Plano Nacional de Recursos Hídricos contempla no Programa VI - “Usos Múltiplos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos”, especificamente no Subprograma VI.3 ações relativas a gestão das demandas, resolução de conflitos e uso múltiplo e integrado de recursos hídricos, a saber.
6. Entre as atribuições da CTAP encontra-se

- acompanhar, analisar, estudar e emitir parecer sobre projetos de aproveitamento de recursos hídricos, cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados.

7. É importante ressaltar que a CTAP conta em sua composição com representantes de diversos setores, a saber: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Integração Nacional, Ministério dos Transportes, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente/SRHU, Ministério do Meio Ambiente/ANA, Ministério da Pesca e Aquicultura, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – Bahia/Ceará e São Paulo/São Paulo, Concessionárias Autorizadas de Geração Hidrelétrica, Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, Comitês de Bacias Hidrográficas, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas, Organizações Técnicas, Organizações de Ensino e Pesquisa, Organizações não Governamentais.

## ESTRATÉGIA DA CTAP

8. A CTAP definiu uma estratégia de trabalho pautada nas discussões e contribuições de seus integrantes, além de apresentações de diversos palestrantes convidados nas diferentes áreas de abrangência do escopo da proposta.

9. Com base na experiência profissional e acadêmica de seus integrantes, na análise de documentos e normas legais relacionados ao tema e nas palestras apresentadas por especialistas, as propostas surgiram sistematicamente e foram consolidadas na CTAP, envolvendo tanto aspectos técnicos como institucionais, os quais estão apresentados após o item CONSIDERAÇÕES SOBRE O SUBSTITUTIVO AO PL-3009/97 desta Nota Técnica.

10. Dois aspectos principais nortearam as discussões do GT e da CTAP: i) a polarização entre o setor elétrico e o setor de transportes que culminou com o impasse na 6ª reunião do GT-Eclusas; e ii) a necessidade de adoção de uma estratégia de condução nas reuniões da CTAP que minimizasse o retorno de discussões já superadas, principalmente entre os representantes do setor elétrico e de transportes e privilegiasse os múltiplos usos. Nesse sentido, a participação dos atores representando os diversos segmentos que compõem a CTAP foi decisivo. Foi consenso geral que somente poderia ter sucesso uma proposta que contemplasse tais aspectos. Como estratégia, portanto, como poderá ser observado no corpo da proposta, criou-se um arcabouço geral permitindo aos órgãos competentes avaliar e equacionar questões específicas a sua região de ação.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

11. Ementa *Dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão declusas, ou dispositivos equivalentes de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática, na implantação de barragens de cursos de água.*

16. **Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a implantação declusas, ou outros dispositivos de transposição de nível, e de equipamentos e procedimentos de proteção à fauna aquática em barragens de cursos de água.

## COMENTÁRIO.

17. **Art. 2º** Consideram-se, para os efeitos desta Lei:

a - cursos de água navegáveis como as correntes, rios ou vias navegáveis constantes do Sistema Hidroviário Nacional, definido pela Lei n.º 5.917 de 10 de setembro de 1973, e legislação complementar ou sucedânea;

b - cursos de água potencialmente navegáveis como aqueles que, embora não estejam relacionados no Sistema Hidroviário Nacional, podem adquirir a condição de navegabilidade

mediante a implantação de barragens ou outras obras destinadas a propiciar quaisquer usos de recursos hídricos, construção de canais, eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis.

#### COMENTÁRIO.

**18. Art. 3º** O planejamento de barragens em cursos de água far-se-á de forma integrada com o planejamento da infraestrutura da navegação interior, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo único. A União e os Estados articular-se-ão para o planejamento nacional integrado da localização de eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária de níveis.” (NR)

#### COMENTÁRIO.

**19. Art. 4º** Deverá ser garantida a separação dos aproveitamentos de cada uso dos recursos hídricos, no que se refere aos custos de estudos, investimentos, licitações, implantações de obras, manutenção e operação, respeitadas as áreas de competência dos respectivos órgãos públicos gestores ou de regulação.

Parágrafo único. A União e os Estados poderão arcar com os custos de estudos, implantação, manutenção e operação das eclusas ou outros dispositivos de transposição de níveis.

#### COMENTÁRIO.

**20. Art. 5º** O serviço público de exploração de dispositivos de transposição hidroviária de níveis, precedido ou não de obra pública, pode ser prestado diretamente pelo ente da Federação que detenha o domínio do corpo de água em que for implantado, ou sob regime de concessão ou permissão, quando couber, nos termos da legislação em vigor.

#### COMENTÁRIO.

**21. Art. 6º** O projeto e a implantação da barragem deverão prever a construção parcial ou total da eclusa ou de outro dispositivo de transposição de nível, de forma a respeitar a manutenção das condições adequadas ao transporte hidroviário, quando for o caso, conforme o art. 13 da Lei nº 9.433/1997.

#### COMENTÁRIO.

**22. Art. 7º** Cabe aos órgãos gestores de recursos hídricos determinar, quando couber, com base no planejamento previsto no art. 3º desta Lei e de acordo com a Lei 9433/1997, os casos de barramento em corpos de água em que é obrigatória a construção de eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível.

#### COMENTÁRIO.

**23. Art. 8º** O art. 27 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V, renumerando-se os incisos subsequentes:

“Art. 27. Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação:

.....

V - publicar os editais, julgar as licitações e celebrar os contratos de concessão para a exploração de serviços de operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União;” (NR) .

#### COMENTÁRIO.

**24. Art. 9º** O art. 82 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 82 São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:

.....

IV – administrar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias,

ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, e terminais e instalações portuárias;

V – gerenciar, diretamente ou por meio de convênios de delegação ou cooperação, projetos e obras de construção e ampliação de rodovias, ferrovias, vias navegáveis, inclusive eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias situadas em cursos de água de domínio da União, terminais e instalações portuárias, decorrentes de investimentos programados pelo Ministério dos Transportes e autorizados pelo Orçamento Geral da União;

#### COMENTÁRIO.

**25. Art. 10** A implantação de escadas ou outros dispositivos que permitam a passagem de peixes em períodos de migração deverá ser simultânea à construção de barragens destinadas a qualquer finalidade, desde que exigida pelo respectivo licenciamento ambiental.

#### COMENTÁRIO.

**26. Art. 11** O não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação específica referente a crimes ambientais, licitações e contratos da administração pública, sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos e demais normas legais aplicáveis.

#### COMENTÁRIO.

**27. Art. 12** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### COMENTÁRIO.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

**28.**

**29.**

**30.**

**31.** Finalmente,

### ENCAMINHAMENTOS

**32.** A presente proposta visa atender a uma das prioridades pelo Plenário do CNRH estabelecidas para a CTAP no ano de 2009.